



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

1 5ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE FRANCA – 25 2 DE MARÇO DE 2021.

3 Ao vigésimo quinto dia (25º) dia do mês de março de dois mil e vinte e um (2021), às oito horas e vinte minutos
4 (8h20), iniciou-se a quinta (5ª) Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social de Franca.
5 Devido a situação de emergência em saúde pública da Covid-19 a reunião aconteceu no formato virtual, na
6 plataforma de videoconferência da Prefeitura no link: <https://conferencia.franca.sp.gov.br/b/mar-fx9-wn9>,
7 conforme recomendações e orientações normativas. A reunião foi coordenada pelo presidente e representante
8 titular da sociedade civil, representando as Organizações de Trabalhadoras e Trabalhadores da Assistência
9 Social, Senhor Óiter Cassiano Marques. Estiveram presentes na reunião quinze (15) conselheiros(as), sendo oito
10 (08) da Sociedade Civil e sete (07) do Poder Público, com (as)os seguintes **Conselheiros(as) Titulares:** Clóves
11 Plácido Barbosa, Yheda Maria Lanes Gaioli, Óiter Cassiano Marques, Laura Cristina Gomes Lima, Jandira de
12 Almeida Ramos, Jussara Barreto, Andréa Fernanda de Faria e Sousa e Sílvia Helena Bertolino dos Santos.
13 **Conselheiros(as) Suplentes na Titularidade:** Rute Alves Silveira, Geraldine Garcia Fuga Menezes, Luzia
14 Regina Alves e Luís Otávio Montelli. **Conselheiros Suplentes:** Lais Carvalho Souza, Iara Flávia Afonso
15 Guimarães, Eder Furtado Ribeiro. A reunião contou com a participação de convidados da rede socioassistencial e
16 outros. A pauta da reunião, após aprovação, foi a seguinte: **1 – Ordem do dia:** Chamada e Verificação de
17 *quorum; Apresentação das justificativas dos conselheiros ausentes; 2. Deliberação sobre a Ata da 3ª Reunião*
18 *Ordinária do CMAS – (04.03) e da 4ª Reunião Ordinária (11.03); 3. Aprovação da pauta; 4. Assuntos –4.1 –*
19 *Deliberação sobre alteração na proposta de reprogramação do Recurso da União – Bloco Proteção Social*
20 *Especial - Aditamento de 20% de vagas em ILPI; 4.2 - Discussão e definição de encaminhamentos sobre a*
21 *necessidade de inclusão de Trabalhadores(as) do SUAS nos Planos de Vacinação Covid-19; 4.3 – Deliberação*
22 *sobre proposta de alteração em artigo da Lei de Benefícios Eventuais; 4.4 – Discussão sobre a requisição das*
23 *trabalhadoras da Secretaria Executiva do CMAS para compor o atendimento das unidades estatais; 5–*
24 *Informes - 5.1 – Recebimento de Ata de Assembleia de Eleição de Diretoria – Casa São Camilo de Lellis; 5.2*
25 *– Recebimento de resposta ao CMAS – Prioridades População em Situação de Rua.* O Presidente Óiter iniciou
26 a reunião cumprimentando os presentes, dando as boas vindas aos(as) convidados(as) e passou a palavra para a
27 Secretária Executiva, Maria Amélia, que realizou a chamada dos(as) conselheiros(as) anunciando o alcance do
28 quórum, sendo doze (12) conselheiros(as) titulares e/ou suplentes na titularidade. Em seguida foram
29 apresentadas as justificativas de ausência dos(as) seguintes conselheiros (as): Ketelin -Ricardo Berbel Martins,
30 Roberta Moraes Lucas, Ernestina Maria de Assunção Cintra, Claudia Maria Fragoso Cerqueira, Carlos Eduardo
31 dos Santos, Wagner José de Oliveira, Maria Aparecida Morais Oliveira, Ana Paula Pinto Marafiga, Irene da
32 Conceição Silva, Karla Regina Messias Oliveira, Josiane Aline de Oliveira Freitas, Susana Mendes de Carvalho
33 e Leandro Ferreira. Dando sequência, a conselheira Jussara fez a leitura da pauta, na qual foram solicitadas as



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

34 seguintes alterações: inserção do assunto: “***Deliberação sobre alteração na proposta de reprogramação do***
35 ***Recurso da União – Bloco Proteção Social Especial***”, e ainda a alteração da ordem da pauta, incluindo este
36 item como primeiro assunto, por solicitação da conselheira e Diretora da Proteção Especial, Iara; e a conselheira
37 Luzia solicitou a inclusão do assunto “***Discussão sobre a requisição das trabalhadoras da Secretaria Executiva***
38 ***do CMAS para compor o atendimento das unidades estatais***”. A Secretária Executiva Maria Amélia pontuou
39 que as pautas e documentos pertinentes são enviados com antecedência para os(as) conselheiros(as), visando
40 garantir que o colegiado se aproprie dos assuntos que serão discutidos e desta forma tenham uma melhor
41 compreensão para deliberá-los. Ponderou que, de acordo com Regimento Interno do CMAS, as solicitações de
42 inclusão de matérias devem ser encaminhadas para a Secretaria Executiva com prazo mínimo de sete (7) dias, e
43 assim fica possível a organização de documentos, aprovação da mesa diretora e envio ao colegiado com a devida
44 antecedência. Destacou que o regimento também prevê a possibilidade de inserção de assuntos urgentes durante
45 a aprovação da pauta. Após explicações, a proposta de pauta com as alterações sugeridas foi colocada em
46 votação e o colegiado deliberou favoravelmente à mesma, desde que fosse garantida a discussão do item sobre a
47 vacinação de trabalhadores do SUAS. Na sequência, o presidente Óiter deu início às discussões da pauta,
48 passando a palavra para a equipe da Gestão para que fizessem a apresentação da proposta relativa ao item ***4.1 –***
49 ***Deliberação sobre alteração na proposta de reprogramação do Recurso da União – Bloco Proteção Social***
50 ***Especial - Aditamento de 20% de vagas em ILPI***. A Diretora da Proteção Especial, Iara, contextualizou a
51 temática lembrando que em reunião anterior foi deliberado pelo colegiado a reprogramação de saldos da União,
52 sendo que uma das propostas seria aditar 20% das vagas do serviço de acolhimento de idosos, a partir de abril.
53 Disse que posteriormente foi realizada uma reunião com as entidades e dentre as quatro Organizações executoras
54 desse serviço, apenas duas destas, o Lar São Vicente e o Nosso Lar, confirmaram a possibilidade de acolher
55 essas vagas em abril. Neste contexto a gestão reavaliou a proposta anterior e mediante preocupação com a
56 redução, em torno de 40%, dos recursos de cofinanciamento da União, conforme quadro apresentado na reunião,
57 a gestão considerou prudente contingenciar o valor de R\$ 414.859,50 (quatrocentos e quatorze mil, oitocentos e
58 cinquenta e nove reais e cinquenta centavos) para garantia do repasse às Oscs que executam serviços de Média e
59 Alta Complexidade no exercício de 2021. Para o aditamento de 18 vagas nos Serviços de Acolhimento de
60 Idosos, com vigência a partir de abril, seria utilizado R\$ 265.749,66 (duzentos e sessenta e cinco mil, setecentos
61 e quarenta e nove reais e sessenta e seis centavos). O restante do recurso, de R\$ 205.223,04 (duzentos e cinco
62 mil, duzentos e vinte e três reais e quatro centavos) seria destinado ao atendimento de 20 idosos, que ainda
63 mantêm vínculos familiares fortalecidos, por meio de transferência de benefício do “Programa Família de
64 Origem”. O conselheiro Cloves contestou a proposta, dizendo que a Fundação Judas afirmou que poderia acolher
65 toda a demanda a partir de junho. Iara destacou que na reunião com as Oscs, também houve a manifestação da
66 preocupação com relação ao piso desse serviço e considerando a disparidade com o cofinanciamento de outros



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

67 serviços de acolhimento, a gestão pretende realizar o chamamento no segundo semestre já pensando em um piso
68 adequado e no aditamento de vagas. Manifestou também a sua preocupação com a manutenção do repasse
69 financeiro às OSCs executoras dos serviços, considerando a redução do cofinanciamento da União, sendo esta a
70 estratégia encontrada. Cloves voltou a manifestar sua indignação afirmando que considerou um desrespeito com
71 a entidade, uma vez que a Fundação Judas Iscariotes está investindo 500 mil reais para adequação de seu espaço
72 e mobiliário. Disse que até o ano passado 137 pessoas vieram a óbito por não terem sido atendidas no
73 acolhimento, manifestando seu voto contrário. Iara justificou a nova proposta apresentada pontuando os
74 seguintes fatores: em reunião com as ILPIs uma das dificuldades apontadas pelas mesmas foi o piso insuficiente
75 e na qual houve a manifestação de que não haveria interesse no aditamento com esse piso; a gestão frisou para as
76 entidades que não deveria fazer alteração em espaço físico, devendo informar a possibilidade de aditamento com
77 o espaço que possuem; a preocupação com o repasse das entidades, considerando a redução dos recursos da
78 União, e, por fim, a proposta de vagas do Programa Família de Origem que atenderia idosos que tem condição
79 de permanecer no convívio familiar. Dando seguimento o presidente Oiter solicitou que fosse enviada a proposta
80 oficial ao colegiado para que possam compreender e deliberar. Iara disse que com a inclusão do assunto na pauta,
81 a proposta foi apresentada e entende que esse é o formato oficial, diante da urgência. Cloves disse que essa é
82 uma pauta importante, inserida de última hora, sem discussão prévia e propõe que seja deliberada em outra
83 reunião. Maria Amélia ressaltou a importância de que colegiado tenha clareza e compreensão para que possa
84 deliberar, e assim demonstrou a resolução aprovada pelo colegiado na reunião anterior e informou que a proposta
85 atual seria alterar o inciso VIII da resolução, conforme justificativas apresentadas nesta reunião. A secretária
86 destacou a importância da Gestão enviar a proposta oficial para o colegiado, ainda que seja posteriormente à
87 reunião, ficando assim acordado. Disse ainda que havendo dúvidas aquele seria o momento de elucidá-las. Em
88 seguida, pelo chat alguns conselheiros solicitaram que as entidades de acolhimento do idoso, presentes na
89 reunião, que manifestassem o posicionamento, porém as participantes das entidades informaram que naquele
90 momento não poderiam manifestar pela entidade. Oiter sugeriu, então, reconduzir o assunto para outra reunião,
91 após o envio da proposta oficial. Iara sugeriu colocar em votação se delibera ou se reconduz. Após
92 manifestações, algumas favoráveis a deliberação nesta reunião e outras para reconduzir o assunto, Cloves
93 apresentou mais uma proposta de manter o aditamento das OSCs que já tem condições em abril e as demais em
94 junho e a diferença destes dois meses, relativas às 34 vagas não aditadas, seria repassada para os demais
95 serviços. Por fim ficou definido que seria realizada uma votação nominalmente de 03 propostas: 1) aprovação da
96 proposta da gestão; 2) aprovação da proposta do conselheiro Cloves e 3) reconduzir o assunto e deliberar em
97 outra reunião. Assim foi feita a votação nominal e ao final o resultado ficou: dois (2) votos para a proposta 1;
98 dois (2) votos para a proposta 2; e sete (7) votos pela recondução do assunto para outra reunião e uma (01)
99 abstenção de conselheira que havia se retirado da reunião. Desta forma ficou definido que o assunto deverá ser



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

100 deliberado em reunião extraordinária na próxima quinta feira, 01 de abril. Finalizado o primeiro assunto passou-
101 se ao item **4.2 - Discussão e definição de encaminhamentos sobre a necessidade de inclusão de**
102 **Trabalhadores(as) do SUAS nos Planos de Vacinação Covid-19.** O presidente Oiter pontuou que existe um
103 Plano de Imunização Federal que também engloba os Estados e municípios e do qual os trabalhadores do SUAS
104 não foram incluídos apesar da Política de Assistência Social ser essencial neste momento de pandemia. Disse
105 que alguns trabalhadores foram contaminados com o vírus da COVID-19, pois a maioria dos atendimentos
106 presenciais junto aos usuários foram mantidos. Assim propôs o encaminhamento de um ofício às diversas
107 autoridades e órgãos, citando o Prefeito de Franca, Secretaria Municipal de Ação Social, Secretaria Municipal de
108 Saúde, Presidente da Câmara dos Vereadores de Franca, Coordenador do Centro de Apoio a Saúde Pública,
109 Ministério Público, Secretaria de Desenvolvimento Social de São Paulo, Secretaria de Estado da Saúde de São
110 Paulo, dentre outras articulações, com prefeito e deputados. Cloves informou que os trabalhadores das
111 instituições de acolhimento de idosos e residências inclusivas foram vacinados, afirmando que concorda com a
112 prioridade, especialmente daqueles trabalhadores que atendem o público na linha de frente. A conselheira Laura
113 sugeriu que seja feito um levantamento junto a rede socioassistencial para que o conselho tenha dados sobre
114 trabalhadores do SUAS contaminados pelo vírus e que foram afastados. Destacou a importância de que esse
115 ofício seja enviado o mais breve possível. Maria Amélia informou que não conseguirá elaborar e dar
116 prosseguimento às providências relativas aos documentos que ficarem deliberados uma vez que a mesma está
117 com outras atividades de apoio em unidades estatais, portanto, caso haja urgência, os conselheiros deverão
118 elaborar e encaminhar tais documentos. Com relação aos dados de trabalhadores contaminados foi aventada a
119 possibilidade do Órgão Gestor realizar esse levantamento, porém Iara disse que a Secretaria apoia essa ação e
120 inclusive tem feito a defesa junto ao Comitê Covid, porém não tem condições de assumir esse levantamento de
121 dados, sugerindo que o conselho faça essa articulação. Assim, ficou definido que o conselho enviaria um e-mail
122 às entidades solicitando esses dados. Cloves disse que terá uma reunião com o secretário de saúde e fará essa
123 solicitação de forma verbal até que chegue o documento formal. Ficou definido também que os dados de
124 trabalhadores contaminados não comporá o ofício, uma vez que isso poderia atrasar o encaminhado do mesmo
125 aos órgãos citados. Laura propôs realizar um manifesto e encaminhar ao Secretário de Saúde, porém o colegiado
126 optou por enviar somente o ofício. Dando seguimento passou-se ao item **4.3 – Deliberação sobre proposta de**
127 **alteração em artigo da Lei de Benefícios Eventuais;** Oiter passou a palavra para a equipe gestora. Iara destacou
128 que, especialmente neste período de pandemia, uma das dificuldades tem sido atender com prioridade e agilidade
129 as pessoas que necessitam do benefício eventual de alimentação, pois a logística para atender a população com
130 alimentação, é complexa e não é ágil, sendo este um grande desafio. Disse que a gestão conseguiu contratar uma
131 transportadora que faça a entrega das cestas diretamente nas unidades estatais, porém os usuários necessitam
132 retirá-las nas unidades. Pontuou que além disso existe a limitação de itens que compõe essas cestas de alimentos,



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

133 prejudicando a autonomia e real necessidade do usuário. Diante disso, a urgência neste momento seria alterar um
134 artigo na Lei de Benefícios Eventuais para dispor nesta a possibilidade de atendimento com um cartão-
135 alimentação, uma vez que a referida Lei não prevê. A proposta é alterar o artigo 13 da Lei, no qual será inserido
136 outro parágrafo, similar ao parágrafo 1º, com a seguinte redação: *“Alimentação, consiste no fornecimento de*
137 ***cartão-alimentação no valor de dois e meio (2,5) UFMF, em caráter emergencial, a ser concedido por um***
138 *período de até 6 (seis) meses, mediante prévio e favorável parecer técnico de assistente social, lotado no órgão*
139 *gestor e se destinará a suprir faltas advindas da impossibilidade de o indivíduo arcar com a sua subsistência ou*
140 *de sua família, caracterizando-se num suporte para reconstruir sua autonomia num momento de*
141 *vulnerabilidade e de risco social.”* Relatou que o valor será em torno de 160 reais. Sendo aprovado será enviado
142 o Projeto de alteração da Lei para aprovação na Câmara Municipal. O colegiado deliberou favoravelmente à
143 proposta, por unanimidade. Finalizado esse item passou ao **4.4 – Discussão sobre a requisição das**
144 ***trabalhadoras da Secretaria Executiva do CMAS para compor o atendimento das unidades estatais;*** Oiter
145 passou a palavra para Luzia, conselheira que solicitou a inserção deste assunto. A conselheira manifestou que o
146 trabalho da Secretária Executiva é essencial para o bom andamento e condução dos trabalhos do CMAS e
147 solicitou informações sobre a requisição da mesma para outros atendimentos. O presidente informou que recebeu
148 um e-mail da gestão, na sexta feira anterior a essa reunião, após o expediente de trabalho o qual requistava as
149 trabalhadoras e estagiárias que exercem atividades de apoio técnico e administrativo aos conselhos para compor
150 o atendimento emergencial das atividades da SEDAS e unidades pelo período de 22 à 30 de março. Disse que
151 diante disso os presidentes dos conselhos se reuniram no domingo posterior, com a gestora e as diretoras da
152 proteção básica e especial, e apresentaram as demandas dos conselhos. Na conversa foi justificada a urgência e
153 necessidade, mas os presidentes entenderam que houve falta de diálogo da gestão com o conselho, mas os
154 presidentes se colocaram solidários. Oiter solicitou que a equipe da gestão se manifestasse na reunião e foi
155 respondido que a requisição deste apoio foi por um período menor que duas semanas, apenas até perdurar o
156 período de emergência. Maria Amélia se manifestou sobre o fato, uma vez que estava envolvida e destacou que a
157 partir do recebimento do comunicado, após o expediente, ficou preocupada uma vez que o CMAS e a Secretaria
158 Executiva possuíam diversas demandas, atividades e reuniões previstas no decorrer da semana, inclusive na
159 segunda feira de manhã. Assim, encaminhou o e-mail ao presidente, na sexta feira mesmo, dada a urgência.
160 Pontuou que esse apoio, especialmente nas reuniões, não consiste apenas durante a mesma, pois existe uma
161 prévia preparação de documentos, convocação de conselheiros, confirmação de presença e posteriormente as
162 providências definidas e deliberadas pelo colegiado são realizadas pela Secretaria Executiva. Disse que
163 compreende a necessidade da Secretaria de Ação Social, e sempre se mostrou disponível nestes momentos,
164 porém o conselho também possui um planejamento de ações que compõe diversas demandas que necessitam ter
165 prosseguimento. Ressaltou que após a reunião dos presidentes, as atividades principais ficaram mantidas, outras



CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL FRANCA – SP

166 suspensas, sendo feito um cronograma, que ficou definido após conversas com a Gestão na segunda feira. Cloves
167 pontuou que se for por questões emergenciais os conselheiros devem apoiar nos trabalhos da Secretaria
168 Executiva. Ao final, Luzia disse que se já houve consenso entre os presidentes e órgão gestor, prevalece a
169 definição já dada, mas que conste em ata a manifestação aqui apresentada quanto ao prejuízo ocorrido ao
170 Conselho. Finalizados os assuntos passou-se aos informes. Maria Amélia disse que o item 5.1 se trata apenas da
171 comunicação de alteração e eleição de diretoria da Casa São Camilo. O segundo informe se trata do **5.2 –**
172 ***Recebimento de resposta ao CMAS – Prioridades População em Situação de Rua;*** Maria Amélia lembrou que
173 no ano passado foi realizada uma ação conjunta entre o conselho e o Fórum da População em Situação de Rua,
174 na qual foi realizada uma reunião com o prefeito, o protocolo do documento sobre as “*Prioridades de*
175 *atendimento à população em situação de rua*”, com a abertura de um processo administrativo. Assim, houve
176 uma manifestação no processo em resposta ao CMAS, que foi lida na reunião. Ao final o colegiado definiu por
177 enviar cópia das manifestações no processo para o Fórum da População em Situação de Rua, considerando que
178 foi um documento conjunto. Nada mais havendo a ser tratado, a reunião foi encerrada às dez horas e vinte e dois
179 minutos (10h22), tendo sido gravada e o vídeo ficará disponível para consulta dos conselheiros que solicitarem.
180 Eu, Maria Amélia Faciroli Vergara, secretária-executiva deste CMAS, lavrei a presente ata, que uma vez lida e
181 aprovada será anexada a lista de presença.